



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Dar atenção aos trabalhos de aperfeiçoamento do regime de habitação pública de Macau

A questão da aquisição de habitação é um problema que tem vindo a preocupar a sociedade de Macau desde há muito tempo. Logo no início do mandato deste Governo, o Governo anunciou a política de “habitação dividida em cinco classes”, que tinha em conta as necessidades habitacionais das diversas camadas sociais, a capacidade económica e o poder de compra das mesmas, disponibilizando aos residentes opções habitacionais adequadas e promovendo os trabalhos de revisão da “Lei da habitação económica” e da criação da “Lei da habitação intermédia”, o que demonstra o grande esforço envidado pelo Governo, trabalho que merece o reconhecimento da sociedade.

No entanto, com a formação gradual das “habitações divididas em cinco classes” e o ajustamento da política de habitação, o Governo afirmou que ia suspender a construção das habitações intermédias, uma vez que o recente concurso para a habitação económica tinha sido pouco activo, por isso, muitos residentes entendem que há uma discrepância entre a realidade e as previsões iniciais. É de salientar que, tomando como referência o documento de consulta sobre o regime jurídico da habitação intermédia, o seu objectivo era criar um novo meio e uma nova opção para a aquisição de habitação, após a eliminação da natureza de investimento da habitação económica, e também oferecer melhores condições de habitação do que as da habitação económica, portanto, existe uma grande diferença entre o grupo alvo de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

atribuição de habitação económica e o da habitação intermédia. Agora, com o anúncio da suspensão repentina do referido projecto, as famílias e os residentes que esperavam poder concluir a aquisição de casa através da habitação económica perderam as suas expectativas.

Além disso, o Governo tem vindo a enfatizar a governação científica. Aquando do planeamento da política de habitação de cinco classes, o Governo divulgou o “Estudo sobre a Futura Procura de Habitação em Macau” e o “Estudo sobre a política de habitação para fins residenciais”, entre outros estudos, e, com base nos dados recolhidos, calculou-se a futura procura de diferentes tipos de habitação em Macau, proporcionando um suporte científico para a definição da política de habitação por parte do Governo. Se o Governo suspende o projecto das habitações intermédias com o fundamento de que o número de novas candidaturas para as habitações económicas é inferior à oferta, os fundamentos não são, de facto, suficientes, portanto, espera-se que o Governo possa disponibilizar mais dados e estudos, de modo a melhor esclarecer a sociedade sobre as respectivas decisões.

Por outro lado, a sociedade espera que o Governo proceda ao ajustamento do mecanismo de candidatura a habitação económica, incluindo a autorização para os candidatos individuais se candidatarem a fracções T2. Sugerir também que, para dar resposta às necessidades do desenvolvimento familiar e incentivar a natalidade, fosse autorizada a aquisição de fracções de habitação económica de maior dimensão, só que, no passado, devido à insuficiência de oferta, não foi possível impulsionar isso. No recente debate das LAG, o Governo afirmou que a oferta de habitação económica satisfazia, gradualmente, as necessidades sociais, e que ia ponderar sobre os estudos de viabilidade de um concurso permanente para a habitação económica. Ao mesmo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

tempo que se iniciem os estudos, as autoridades devem, tendo em conta as necessidades sociais acima referidas, definir políticas que possam melhor responder às necessidades reais do desenvolvimento social.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Apesar da sobreposição de rendimentos e património entre os destinatários da candidatura à habitação económica e à habitação intermédia, existem diferenças evidentes entre os objectivos políticos e os requisitos para a candidatura, questões que foram já levantadas por alguns deputados, no entanto, as autoridades não deram uma resposta cabal. Para além da avaliação da situação das candidaturas a habitação económica, como é que o Governo sabe quais são as reais necessidades da sociedade em relação a esse tipo de habitação? Quais são os requisitos ou critérios que devem ser reunidos para o Governo ponderar sobre a retoma dos projectos relacionados com as habitações intermédias?
2. O Governo divulgou o “Estudo sobre a Futura Procura de Habitação em Macau” e o “Estudo sobre a política de habitação para fins residenciais”, que servem de fundamentos para a definição da política de “cinco classes de habitação”. Tendo em conta o ajustamento da oferta e da política de habitação, quando é que o Governo vai reiniciar os respectivos estudos, com vista a concretizar o princípio da governação científica no âmbito da política de habitação?
3. À medida que a oferta de habitação económica se vai acumulando, e que, no futuro, as candidaturas a habitação económica tenderão a tornar-se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

permanentes, o Governo deve, sem prejuízo da justiça e da razoabilidade, exigir o pagamento da diferença dos preços dos imóveis, para que os actuais agregados familiares possam mudar de casa ou trocar por uma maior tipologia de habitação económica, tendo em conta as suas necessidades de desenvolvimento familiar. Vai fazê-lo?

29 de Dezembro de 2023

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ma lo Fong